

DOENTES PAGAM SAÚDE

Assistiremos nos próximos tempos a uma crescente participação dos doentes no pagamento dos cuidados de que carecem. A afirmação dos mais altos responsáveis pela política de saúde dá que quem quer cuidados de saúde terá de os pagar, a recente actualização das taxas moderadoras dos Serviços Médico-Sociais e o impulso que se quer dar à medicina convencionada são acontecimentos que reforçam o nosso julgamento.

Compreendemos a difícil situação económica do País, os apelos dos responsáveis à contenção dos gastos e aumento das receitas. Sabemos do crescimento muito marcado do consumo de cuidados de saúde durante a última década, bem como da ainda mais acentuada escalada dos gastos com o sector da saúde.

No entanto, é necessário que os responsáveis compreendam também que a proporção do Produto Nacional Bruto que gastamos com a saúde é provavelmente a mais baixa dos Países aos quais nos queremos juntar, os da Comunidade Económica Europeia, e que apesar disso baixou no último ano. Antes de atingirmos os mínimos de oferta de serviços, já entramos em fase de racionamento.

As taxas moderadoras e o sistema convencionado, que levam o utente a pagar quantia significativa dos custos, poderão aumentar as receitas e reduzir o uso dos serviços e por isso dos gastos (depende da quantia a ser paga pelo utente). Não temos, no entanto, visto discutir as consequências possíveis daquelas medidas.

A aplicação de taxas moderadoras não intervirá, por exemplo, nos sistemas de redistribuição de riqueza? Parece-nos que os doentes não têm a mesma capacidade de angariação de recursos que a população em geral. Estaremos assim, ao cobrar aos doentes aquelas taxas, a transferir da população em geral para um grupo economicamente mais débil o pagamento de uma parte crescente dos gastos com o sector da saúde.

Serão aquelas medidas formas *cegas* de desincentivo ao consumo ou, pelo contrário, desencorajarão preferencialmente alguns grupos populacionais? É já evidente que os grupos economicamente mais débeis são os que têm mais necessidade de cuidados de saúde e também os que mais rapidamente respondem às variações dos custos. Assim sendo, poderemos estar a afastar dos serviços preferencialmente aqueles que mais necessitam deles.

Estas, como quaisquer outras medidas, têm os seus efeitos e os seus custos... A discussão aberta duns e de outros tem que ser a base duma tomada de decisão política que se queira aceite por aqueles que nela se verão envolvidos.

Alexandre Abrantes